

Entrevista com Monique Prada: “Negar a condição de trabalho do trabalho sexual é sobre não enxergar essa realidade ou não analisar a fundo a sociedade em que se vive” *

*Interview with Monique Prada:
“Denying the working condition of
sex work is about not seeing this
reality or not analyzing in depth the
society in which one lives”*

Martina da Silva Schaedler**

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

Nicole Sudbrack Didio***

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

* O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

** Mestranda em Teoria da Literatura no Programa de Pós-graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora de Literatura e membro do Coletivo Território Popular. E-mail: martinaletras@gmail.com

***Mestranda em Escrita Criativa no Programa de Pós-graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Graduada em Escrita Criativa. E-mail: nicole.didio@edu.pucrs.br

Monique Prada é trabalhadora sexual, feminista, ativista pelos direitos das prostitutas e autora do livro *Putafeminista* (2018), pela Editora Veneta. É também co-editora do projeto *Mundoinvisível.ORG* e uma das fundadoras da CUTS - Central Única de Trabalhadores e Trabalhadores Sexuais. Mora em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Uma das principais pautas do ativismo em defesa das trabalhadoras sexuais é a regulamentação do trabalho, garantindo segurança e saúde para essas profissionais. O que está por trás do discurso de vocação para a prostituição?

Eu diria que nós, ativistas em defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, entendemos a importância da legalização total do trabalho sexual e descriminalização dos agentes envolvidos – prostitutas, proprietárias de estabelecimentos e clientes. Falar sobre defesa da regulamentação pode soar muito vago, uma vez que, quando falamos em regulamentação, precisamos lembrar que existem diversos modelos de regulamentação, e nem todos trazem benefícios a quem atua na área. O modelo de regulamentação sueco, por exemplo, é um modelo extremamente prejudicial às trabalhadoras.

Não vejo grandes problemas nesse discurso – defendido inclusive por muitas prostitutas – de que algumas mulheres possuíam especial vocação para a prostituição, exceto pelo fato de que, nas entrelinhas, ele esteja me dizendo que mulheres que gostam muito de sexo devem necessariamente se tornar prostitutas, ou seja, devem pôr sua sexualidade a serviço de terceiros. Isso jamais seria dito sobre um homem muito sexual – quando muito, a ele caberia a condição de ser servido, jamais servir. O fato é que a imensa maioria das pessoas que recorre ao trabalho sexual como meio de sustento está buscando apenas um modo de pagar as contas (o que não significa que não gostem de sexo, mas em grande parte dos casos o gosto pelo sexo não é fator determinante nesta escolha).

Alguns feminismos entendem a prostituição como uma forma de violência contra mulheres, colocando prostitutas como vítimas da prostituição. Por que a sociedade resiste em entender que *trabalho sexual é um trabalho*?

O trabalho sexual, assim como o trabalho doméstico, de cuidados e o reprodutivo, é um dos trabalhos que historicamente é tomado, exigido das mulheres nesta sociedade, sem remuneração ou compensação. Silvia Federici publicou, em 1975, um artigo chamado *Why Sexuality is Work*, onde ela dissecou com muita propriedade essa questão: desde muito cedo, somos condicionadas a agradar o olhar masculino. E isso não é uma coisa inata, um dom. É algo que nos é cobrado todo o tempo. Negar a condição de trabalho do trabalho sexual é sobre não enxergar essa realidade ou não analisar a fundo a sociedade em que se vive. Necessariamente, para a manutenção da ordem social, este trabalho deve ser servido de graça pelas “boas mulheres”. As prostitutas quebram este acordo silencioso ao colocarem preço em seus agrados, e pagam por isso ao se sujeitar à violência do estigma.

É da necessidade de convencer as mulheres de que o universo doméstico é algo atraente que surge a função essencial do estigma nesta sociedade: evitar que abandonem de vez a ideia de formar famílias e se anular por elas. O prostíbulo então é apresentado como um lugar de perigo e violências, e o lar como um espaço seguro. No entanto, as estatísticas sobre violência contra as mulheres e feminicídio não deixam dúvidas: o ambiente doméstico é o espaço mais perigoso e mortal para as mulheres nessa sociedade.

Seu livro apresenta a discussão de que há um estigma sobre a atividade sexual de mulheres, como se o sexo *tirasse* algo do corpo de uma mulher. Como combater essa noção, tão arraigada no imaginário da sociedade?

Primeiramente, tirando do nosso vocabulário a expressão "vender o corpo" em referência ao trabalho sexual. Nós vendemos um serviço – nossos corpos seguem inteiros após o sexo, não vendemos deles parte alguma. Perceba que essa mesma ideia está posta quando falamos, de uma mulher que não cobra por sexo, que ela "deu" para fulano (em relação à atividade sexual).

Como o ativismo em defesa das trabalhadoras sexuais se posiciona em relação à indústria pornográfica, em especial no contexto brasileiro?

Esse debate ainda engatinha no meio das profissionais do sexo ativistas – que é um meio bastante amplo. Não posso aqui impor minha opinião sobre o tema.

O que você sente que mudou no cenário do trabalho sexual desde 2018, ano em que você publicou seu livro? Há avanços ou retrocessos que você tenha constatado?

A ameaça de retrocessos grandes, da qual falo em PutaFeminista, se concretizou com a eleição de Bolsonaro no Brasil. Isso afetou não apenas o cenário do trabalho sexual, mas a vida de todas as mulheres. No cenário mundial, temos as leis FOSTA e SESTA, que em tese têm o objetivo de coibir o tráfico de pessoas, mas, na prática, dificultam imensamente o trabalho e a vida das profissionais do sexo independentes, que têm na *web* seu principal meio de divulgação, e ao mesmo tempo são leis que cerceiam a liberdade de expressão na internet e ampliam a vigilância. O Brasil responde a isso criando, dentro do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, um departamento de combate à pornografia e mau uso das novas tecnologias. Quem define o que é mau uso das novas tecnologias? E como define, senão através de maior vigilância?

Também tivemos redução de verba na saúde e a extinção do Departamento de ISTs, AIDS e Hepatites Virais, o que afeta diretamente a vida de minorias e população LGBTIQ e sexodissidente, como é o caso das trabalhadoras sexuais.

O Deputado federal Jean Willys (PSOL-RJ) apresentou o projeto pela regulamentação do trabalho de profissionais do sexo (PL 4211/2012), que atualmente aguarda uma comissão temporária para analisá-lo. Qual a importância de um Projeto de Lei como esse? E qual a ameaça de um Projeto de Lei (PL 377/2011) como o do Deputado João Campos (PSDB) que criminaliza o cliente da prostituição?

O PL Gabriela Leite está arquivado em definitivo, não tendo nunca ido à votação. É um PL que, embora tenha suas limitações, deve ser levado em consideração por ter sido elaborado junto com o movimento social – à época, a Rede Brasileira de Prostitutas era a única rede nacional de defesa de direitos, e se articulou com a equipe de Jean Willys para apresentá-lo. No meu ponto de vista, seu principal mérito está em propor a legalização das casas de prostituição, tirando nosso local de trabalho da ilegalidade e criando mecanismos legais para cobrarmos o respeito a nossos direitos.

Quanto ao PL 377/11, embora apresentado por um pastor membro da bancada fundamentalista, é um projeto declaradamente inspirado num modelo tido no mundo todo como um modelo feminista. É importante pensar no que significa este aparente contrassenso. O modelo de criminalização do cliente foi implantado em 1999 na Suécia, como parte de um pacote de leis que visavam promover a igualdade de gênero no país,

dentre elas a legalização do aborto e paridade de salários. Dali, foi exportado para o mundo – mas sempre implantado isoladamente. Coletivos de prostitutas em toda a parte falam dos graves prejuízos que a implantação deste modelo tem causado às mulheres, que passam a trabalhar de modo cada vez mais clandestino e são tratadas legalmente como incapazes, párias sociais.

Você fala muito no livro sobre o impacto da utilização da internet no trabalho de profissionais do sexo e de ativistas em defesa desse trabalho. Que caminhos você sente que esse ativismo está tomando? E que tipos de caminhos ou atitudes você considera mais efetivos para viabilizar condições de mais segurança e respeito para trabalhadoras sexuais?

Nesse momento em que cada vez mais trabalhadoras sexuais têm acesso às redes sociais para trocar ideias umas com as outras e conhecer aspectos diferentes do seu trabalho, começam cada vez mais a se impor como sujeitas de direitos. Conseguir enxergar essas mulheres como capazes de falar e decidir por si é uma atitude que rompe com o estigma e ajuda a construir respeito em relação à categoria.

Poderia descrever como está a sua rotina nesse momento de pandemia? O que mudou?

Neste momento, a maior parte do meu trabalho é virtual, realizada a partir de sites ou aplicativos. Se por um lado sinto falta do toque e sabores do sexo presencial, por outro tive a possibilidade de conhecer e explorar meu corpo, trabalhar minha autoestima, conhecer e interagir com gente de outras partes do mundo.

A partir disso, de que modo a cultura tem contribuído em sua rotina e de quem está ao seu redor? E, também, qual o papel da arte em um mundo em crise evidenciado pela pandemia?

Isso vai depender muito de que grupos estamos falando. Muitas pessoas não tiveram a possibilidade de isolamento, tampouco têm acesso fácil à internet. Se, para alguns grupos, a cultura e a arte amenizaram os efeitos negativos do isolamento, para outros seu papel foi irrelevante. A pandemia ampliou a distância cultural, inclusive. E temos ainda muitos meses pela frente, a cada dia que passa esse abismo se torna maior e mais intransponível.

Como a pandemia afetou a sua produção crítica e/ou ficcional?

Foram altos e baixos violentíssimos. Fases de muita expressão alternando com fases de medo, ansiedade, hibernação. Muito envolvimento com projetos e grupos de apoio mútuo. Voltei mesmo a conseguir produzir alguma coisa há poucas semanas. Cheguei a criar uma *newsletter* semanal no começo do período de isolamento, mas, na sequência, decidi parar de me pressionar.